

AS CONSTRUÇÕES COM *PORTANTO* NO PORTUGUÊS EUROPEU E NO PORTUGUÊS BRASILEIRO*

Ana Cristina Macário Lopes**

Erotilde Goreti Pezatti***

Norma Barbosa Novaes***

RESUMO

Neste trabalho, propomo-nos contribuir para a caracterização dos diferentes valores semânticos que o operador *portanto* pode assumir no português contemporâneo, nas variedades européia e brasileira. Para isso, foram utilizados dois *corpora*, um do português europeu e outro do português brasileiro.

Palavras-chave: Conjunção; Relação de conclusão; Articulação de orações; Funcionalismo.

Neste trabalho, propomo-nos contribuir para a caracterização dos diferentes valores semânticos que o operador *portanto* pode assumir no português contemporâneo, nas variedades européia e brasileira. Para isso, foram utilizados dois *corpora*, um do português europeu e outro do português brasileiro, doravante PE e PB respectivamente. Para o PE, o *corpus* foi constituído a partir do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo, cedido pelo CLUL. Para o PB, foram utilizados os materiais do Projeto NURC, para compor o *corpus* oral; já o *corpus* escrito foi extraído de jornais e revistas de reportagens de grande circulação nacional, como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Veja*, *Cláudia*, *Pais & Filhos*, *Mãe e Querida*.

* Essa é uma versão expandida do texto apresentado no II Colóquio do Projeto Português Europeu-Português Brasileiro: unidade e diversidade na passagem do milênio, inserido no II Congresso Internacional da Abralín, realizado em Fortaleza, de 14 a 16 de março de 2001.

** Universidade de Coimbra.

*** Universidade Estadual de São Paulo, *campus* de São José do Rio Preto.

O texto é constituído de quatro partes. A primeira apresenta as propriedades sintáticas das construções conclusivas com *portanto* e a segunda traz a caracterização semântica dessas construções. Na terceira parte, estabelece-se a especificidade da conexão conclusiva em face das causais e consequenciais, ficando a quarta parte reservada para os valores assumidos por esse operador a partir da análise dos *corpora*.

PROPRIEDADES SINTÁTICAS DAS CONSTRUÇÕES CONCLUSIVAS

Portanto, enquanto operador de conexão e tradicionalmente incluído na classe das conjunções conclusivas, dá origem a textos (ou discursos) não frásicos, ou seja, o produto final resultante da conexão não pode ser integrada na categoria sintática F (cf. Peres, 1997). Para o provar, veja-se a impossibilidades de encaixamento da estrutura resultante da conexão como complemento de um verbo ou de um advérbio de frase, exemplificada em (i) e (ii):

- (i) * O João disse [que[a Joana é adolescente, portanto é tímida]]
- (ii) * Possivelmente, [a Joana é adolescente, portanto é tímida]

Atente-se agora para outras propriedades sintático-semânticas relevantes das construções com *portanto*, partilhadas, também, por construções conclusivas em que o operador de conexão é *logo*. Como o exemplo (iii) atesta, verifica-se a impossibilidade de a estrutura final ser colocada sob o escopo de um operador de negação proposicional:

- (iii) A Joana não é adolescente, portanto é reservada.

Em (iii), o operador de negação não nega a totalidade da estrutura, mas apenas a frase em que ocorre. Ou seja, a interpretação de (iii) não corresponde a ‘não é verdade que’ (p portanto q). Concluimos, a partir deste teste, que a construção conclusiva não configura uma proposição.

Outra propriedade relevante das construções com *portanto*, extensiva ao conjunto das construções conclusivas, prende-se à impossibilidade de ocorrência da frase introduzida pelo conector em estruturas de clivagem ou de marcação de foco, como se prova em (iv):

- (iv) * É portanto tímida que a Joana é adolescente.

Note-se ainda que nas construções com *portanto*, como aliás em todas as construções conclusivas, não é possível inverter a ordem das proposições. Veja-se a agramaticalidade de (v):

(v) * Portanto é tímida, a Joana é adolescente.

Veja-se agora, em (vi), o que ocorre quando se submete a construção com *portanto* ao teste da interrogativa:

(vi) A Joana é adolescente, portanto é reservada?

Parece-nos que (vi) só é aceitável se se considerar que a estrutura interrogativa está a ser usada em menção: num diálogo, o falante B pode reproduzir o discurso prévio (assertivo) de A e questionar a sua validade. Ao dizer (vi), B contesta o raciocínio inferencial de A. Trata-se, pois, de uma interrogativa metalinguística, e não de uma interrogativa que tenha sob o seu escopo a conexão conclusiva.

Assinale-se também a impossibilidade de o conector conclusivo iniciar uma resposta a uma pergunta específica, introduzida por um constituinte interrogativo, ao contrário do que acontece com as subordinadas causais e temporais.

CARACTERIZAÇÃO SEMÂNTICA DAS CONSTRUÇÕES COM *PORTANTO*

Portanto, enquanto operador conclusivo, tem um significado de tipo instrucional: assinala ao ouvinte que a proposição que introduz deve ser lida/interpretada como conclusão, cujo fundamento é um raciocínio inferencial. Assim, numa estrutura *p portanto q* (sendo *portanto* comutável com *logo*), o conector sinaliza que *p* é uma premissa e *q* uma conclusão, num esquema inferencial (*p* e *q* são entidades epistêmicas que integram o universo cognitivo do falante e operam no domínio do raciocínio). A construção *p portanto q* configura um entimema, um esquema inferencial defectivo, em que uma das premissas não está explicitada.¹ Atente-se no exemplo (1), em que a premissa antecede a conclusão:

(1) Penso, portanto existo.

O processo inferencial subjacente lembra, pela sua estrutura, o raciocínio formal designado por *modus ponens* na lógica proposicional clássica.² Vamos chamá-lo *modus ponens* cancelável, pelo fato de ser possível anular a conclusão se informações/premissas suplementares forem acrescentadas (o que nunca acontece no *modus ponens* clássico). É a premissa genérica omitida que, articulada com a premissa expressa, sustenta/valida a conclusão expressa.

¹ Em Peres (1997), a caracterização das conclusivas faz-se em termos semelhantes. No entanto, assimila-se o processo inferencial ao *modus ponens*, sem se evidenciar o carácter não-monótono da dedução.

² Se o texto fosse (1a), o processo inferencial seria idêntico, sendo que a premissa omitida seria, neste caso, a premissa menor do *modus ponens*.

(1a) Se penso, existo, portanto existo.

Uma construção conclusiva pode também dar origem a um processo inferencial que lembra o *modus tollens* da lógica proposicional clássica. Veja-se (2) em que a premissa elidida seria ‘se/quando o João está em casa, as luzes estão acesas’. Também neste caso trata-se de um *modus ponens* cancelável.

- (2) As luzes não estão acesas, portanto o João não está em casa.

Em muitos casos, essa premissa pode instanciar conhecimento enciclopédico consensual, normalmente expresso por meio de frases genéricas (a “voz geral, de consenso em dada cultura, ou (...) verdade universalmente aceite” de que fala Koch, 1989). Veja-se o exemplo (3) em que a premissa omitida é a condicional expressa em (4):

- (3) Riscaste o fósforo, portanto ele acendeu-se.
(4) Se tu riscares o fósforo, ele acende-se.

Esta condicional, por seu turno, particulariza/instancia uma assunção “por defeito” – a de que os fósforos, quando riscados, normalmente/geralmente acendem-se. Esta assunção pode ser expressa pela condicional genérica ‘Se alguém riscar um fósforo, ele acende-se’. Este tipo de informação que envolve generalizações a partir de situações episódicas recorrentemente verificadas faz parte do *common ground* dos falantes. Veja-se agora o exemplo (5) em que, uma vez mais, o conector sinaliza que a proposição que introduz deve ser interpretada como conclusão numa inferência dedutiva. Nesse caso, a premissa omitida é (6):

- (5) O João é muçulmano, portanto não bebe álcool.
(6) Se o João é muçulmano, não bebe álcool.

Esta premissa, por sua vez, apoia-se/instancia/particulariza uma assunção geralmente aceite, que pode ser expressa por meio da condicional genérica exemplificada em (7) e semanticamente equivalente a (8):

- (7) Se alguém é muçulmano, não bebe álcool.
(8) Os muçulmanos não bebem álcool.

Frases genéricas deste tipo expressam assunções consensuais que integram o universo cognitivo dos falantes. São freqüentemente exploradas como assunções “por defeito”, no quadro de um raciocínio dedutivo não-monótono:³ na ausência de informação contrária, se eu souber que um dado indivíduo é muçulmano, posso concluir que ele não bebe álcool.

³ Como é sabido, uma lógica não-monótona lida com sistemas nos quais as inferências deduzidas de um conjunto de premissas podem deixar de ser válidas se se adicionar informação a essas mesmas premissas.

Noutros casos, a premissa omitida pode resultar do conhecimento do falante acerca dos hábitos do seu interlocutor. Veja-se (9):

(9) A Ana está mal-humorada, portanto está fechada no quarto.

A premissa omitida – *se/quando a Ana está mal-humorada, fecha-se no quarto* é expressa novamente através de uma frase genérica, mas a assunção veiculada por esta frase não integra, obviamente, conhecimento enciclopédico sobre o mundo. É um conhecimento ‘local’, que pragmaticamente se pressupõe partilhado pelo interlocutor.

Note-se que, em todos os casos comentados, a noção de pressuposição pragmática parece adequada para dar conta da natureza da premissa omitida. Adota-se a definição de Stalnaker (1974), segundo a qual pressuposições pragmáticas são “propositions whose truth S [speaker] takes for granted, or seems to take for granted, in making his statement”.

Como acima se disse, a caracterização desta conexão discursiva convoca uma dimensão pragmática, que envolve a referência ao universo de conhecimentos/crenças do falante. Mas há ainda a considerar a dimensão ilocutória da significação. O conector conclusivo articula duas frases/proposições, correspondentes a dois atos de fala/atos discursivos (*speech acts*) diferentes (asserção 1 + asserção 2), o que tem implicações no nível das propriedades sintáticas da construção: as frases conectadas são sintaticamente independentes, não formam uma frase complexa (cf.1).⁴ Esta característica das construções conclusivas reflecte-se no padrão entonacional, com pausa obrigatória entre a primeira frase/proposição asserida (um constituinte prosódico) e a segunda frase/proposição introduzida pelo conector (outro constituinte prosódico).

A ocorrência (10), extraída do *corpus* do PB, evidencia que *portanto* pode também articular uma asserção e um ato injuntivo.

(10) Imagine o desespero de uma mãe que cercou você de todo o carinho, que te deu tanta proteção, e hoje vê você mergulhar de corpo inteiro numa piscina cheia de algas e bactérias repugnantes. E num verão desses, ainda por cima: quanto mais gente, mais impureza na piscina.

Portanto, não se descuide”. (PB, escrito, A-Ve, 26/01/00, p. 58:1-6)

Nessa ocorrência a injunção condicional subjacente envolve a expressão de uma volição no antecedente, que supostamente corresponde ao propósito ou objetivo que o interlocutor pretende atingir. Trata-se ainda de uma injunção restrita, mas, nesse caso o antecedente expressa uma finalidade, um objetivo a atingir, e o conseqüente expressa o modo de agir que conduz à realização desse objetivo. Em inter-

⁴ Também neste nível se verificam diferenças entre as construções conclusivas e as causais e conseqüenciais: nestas duas últimas construções, o produto resultante da conexão é frásico e corresponde a um só ato de fala.

pretação algo livre, o esquema inferencial subjacente parece ser o seguinte: ‘Se não quer ficar doente, não se descuide (não mergulhe em piscinas cheias de impurezas)’. ‘Você não quer ficar doente, logo, não se descuide’. A estrutura correspondente à premissa elidida é algo do tipo ‘Se não se quer p, ! não q’.

Note-se, no entanto, que os conectores conclusivos estão automaticamente excluídos se a segunda frase revestir a forma de uma frase exclamativa, como se pode ver em (11):

(11) O Luís está doente, *portanto que insuportável que ele está!⁵

A inaceitabilidade assinalada compreende-se facilmente: num ato ilocutório expressivo (suportado pela exclamativa), o falante exprime o seu estado psicológico face ao conteúdo proposicional do enunciado; ora a ocorrência do conector sinaliza um raciocínio inferencial que desemboca necessariamente na asserção de uma dada proposição (a conclusão só pode ser expressa através de um ato assertivo, já que este tipo de ato tem como objectivo ilocutório relacionar o locutor com a verdade da proposição contida no enunciado). Já seria aceitável a construção (12):

(12) O Luís está doente, portanto está insuportável.

A ESPECIFICIDADE DA CONEXÃO CONCLUSIVA EM FACE DAS CONEXÕES CAUSAIS E CONSEQÜENCIAIS

Adotando a distinção proposta por Sweetser (1991) entre domínio do conteúdo (domínio que envolve a representação de estados e eventos do mundo) e domínio epistêmico (domínio que envolve o conjunto dos conhecimentos e crenças dos falantes), parece-nos possível distinguir claramente as conexões causais e conseqüenciais da conexão conclusiva. Assim, nas construções causais e conseqüenciais expressa-se uma relação de causalidade no nível do domínio do conteúdo, ou seja, representam-se dois estados de coisas, sendo que um deles é apresentado como causa, e o outro como conseqüência. Como assinala Óscar Lopes (1972), a causa é uma condição suficiente que se verifica no mundo real. Daí o carácter factual das construções causais e conseqüenciais, como as que se exemplificam em (13) e (14):

(13) As estradas estão cortadas porque houve cheias.

(14) Houve cheias, daí as estradas estarem cortadas.

⁵ Exemplo adaptado de Ferrari & Rossari (1994).

Nas construções conclusivas, a relação causa/conseqüência opera no nível do domínio epistêmico: o conector assinala que a proposição que introduz é a conclusão (ou conseqüência lógica) de uma inferência dedutiva legitimada pela articulação de uma premissa implícita com a premissa expressa. Uma paráfrase aceitável dessas construções será: o fato de o falante saber que p (ou acreditar que p, sendo p a premissa expressa) é a causa que o leva a asserir/concluir q, dada a assunção de uma premissa genérica implícita. Verifica-se, assim, que a caracterização cabal desta conexão convoca necessariamente uma dimensão pragmática. A conclusão introduzida pelo conector é, repetimo-lo, uma conseqüência no plano epistêmico, resultante de um raciocínio que envolve a recuperação de uma premissa implícita.

A premissa expressa é normalmente uma proposição epistemicamente necessária (é certo para o falante que p). A frase declarativa simples, sem qualquer lexicalização das modalidades epistêmicas, é a expressão lingüística que manifesta por excelência uma atitude de certeza por parte do falante: é porque sabe que p que o falante deduz q. Assim, a premissa p funciona como prova ou evidência (no plano epistêmico) que legitima a asserção categórica da conclusão q.

Não é aceitável uma construção conclusiva em que a premissa seja modalizada como epistemicamente possível ou provável e a conclusão seja apresentada como epistemicamente necessária, como acontece em (15):

- (15) * É possível/provável que/talvez o João esteja doente, portanto está mal-humorado.

Contrariamente ao que acontece com as construções causais, em que a precedência temporal é decisiva no estabelecimento do nexos de causalidade (numa construção do tipo p porque q, q é a causa de p, e q antecede necessariamente p), nas conclusivas o nexos temporal entre p e q é irrelevante, como se verifica em (16 e 17).

- (16) A neve derreteu, portanto está calor.
 (17) Está calor, portanto a neve derreteu.

Os exemplos mostram-nos que, na interpretação das conclusivas, a relação causal entre os estados de coisas representados não é de todo relevante. Os dois exemplos são igualmente aceitáveis, independentemente de sabermos que o calor é a causa material do evento 'a neve derreteu'.

Por outro lado, mesmo quando as proposições p e q que integram a construção conclusiva denotam eventos que mantêm entre si um nexos factual de causa/conseqüência, a presença do conector *portanto* (ou de qualquer outro conector conclusivo) impede-nos uma leitura em termos causais estritos. Vejam-se os exemplos (18) e (19), que não se equivalem: (18) seria asserido num contexto em que o falante expressa um raciocínio dedutivo/conclusivo a partir do conhecimento que possui de

que o copo caiu. Em (19), o falante limita-se a asserir o nexo de causalidade que interliga os eventos descritos.

(18) O copo caiu, portanto partiu-se.

(19) O copo partiu-se porque caiu.

OS VALORES DE *PORTANTO* A PARTIR DA ANÁLISE DOS DADOS

Portanto conector

No *corpus* do PE, não são muito significativas as ocorrências de *portanto* que manifestam as propriedades semânticas do conector conclusivo acima enunciadas. Há apenas dez ocorrências no sub-*corpus* escrito, correspondentes 20%, e duas no sub-*corpus* oral, equivalendo a 4%. No PB obtivemos um percentual de 32% de ocorrências com valor conclusivo no oral e 33%, no escrito. Os dados mostram, então, que o PB utiliza com maior frequência esse conector com valor conclusivo do que o PE, embora no total geral esse operador seja menos freqüente na variedade brasileira. Vejamos, então, uma ocorrência que ilustra a construção conclusiva *p portanto q*.

(20) “O orçamento do município de São Paulo para o exercício financeiro de 2000 prevê a receita de cerca de 7,6 bilhões de reais enquanto o orçamento fiscal do Estado de Minas Gerais tem receita estimada de 14,2 bilhões de reais. **Portanto**, o governo de Minas Gerais lida com quase o dobro das somas do município de São Paulo.” (PB, escrito, Car-Ve, 22/03/00, p. 31:1-9)

O uso do operador *portanto* como conector conclusivo, obedece geralmente, nas duas variedades, o padrão de ordenação preferido, ou seja, [*relatum*] R [*relatum*], considerando-se como primeiro *relatum* a Frase Precedente, como relator (R), o Conector e a Nova Frase como segundo *relatum*, conforme se pode verificar em (20).

Na variedade do PB, encontramos em apenas 10% dos casos o padrão de ordenação não-preferido, ou seja, [*relatum*] [*relatum*] R, conforme demonstra (21). Nesse caso a permuta com *logo* é bloqueada, apesar de seu valor verdadeiramente conclusivo.

(21) Outro dia fui a um show de Brian Ferry e só por volta da sétima ou oitava música lembrei que eu nunca gostei de Brian Ferry, nem nos áureos tempos de Roxy Music. O que eu estava fazendo ali, **portanto**? (PB, escrito, Mat-Ve, 22/03/00, p. 160:2-7)

Com esse valor, as duas variedades do português permitem a colocação desse conector em várias posições, sempre pós-verbais, como exemplifica (22).

(22) Além disso, como muitas vitaminas são hidrossolúveis, quando da cozedura, uma boa parte dessas vitaminas passam para a água. Quando essa água é rejeita-

da, estamos a perder para o cano de esgoto uma boa dose desse nutrientes. Será, **portanto**, boa norma dar preferência a processos culinários em que os alimentos são preparados e sevidos coa própria água onde cozeram. (PE, escrito, LO3O5PO O57X).

Portanto advérbio

É freqüente no *corpus* a co-ocorrência da conjunção copulativa ‘e’ com *portanto*; esta possibilidade combinatória evidencia a natureza adverbial de *portanto* e é um dos argumentos que nos impede de considerar que o processo de gramaticalização deste item esteja concluído. Nesses contextos, a comutação com ‘logo’ já não é possível. Foram encontradas 12% de ocorrências desse tipo no PE tanto oral quanto escrito, sendo seis ocorrências em cada uma das modalidades; já no PB, encontramos 37%, no oral e 23% no escrito. Vale ressaltar que todas ocorrências com valor adverbial aceitam anteposição de ‘e’, o que não ocorre com seus outros valores. (23) exemplifica o valor que *portanto* pode assumir quando ocorre na oração coordenada introduzida por ‘e’.

- (23) “(...) todas as actividades ligadas à finança, aos bancos, etc., concentram-se na Baixa, a indústria também, e **portanto** nota-se bastante a concentração também dos meios de transporte (...)” (PE, oral, 572-20-C00-204-20-M-J-5-7-00)

Portanto, nesses casos, é parafraseável por “por causa disso/por isso”, o que nos leva a afirmar que tem um comportamento ainda próximo do de um adjunto adverbial de causa; tal como a paráfrase sugere, *portanto* retoma anaforicamente a proposição anterior e expressa um valor causal. Por outro lado, sinaliza que a proposição seguinte deve ser lida como consequência da situação descrita pela proposição anterior. Dado o estatuto adverbial referido, verifica-se alguma mobilidade no interior da frase: *portanto* pode ser deslocado para posição pós-verbal e até para final de frase, conforme se verifica em (23a).

- (23a) (...) e (portanto) nota-se (portanto) bastante a concentração (portanto) também dos meios de transporte (portanto) (...)

No entanto, sua posição preferida nas duas variedades é após o relator *e* na primeira posição do segundo *relatum*, como se verifica em (24), equivalendo, então, a um advérbio de causa, com o seguinte esquema formal: [relatum] R [*portanto* relatum].

- (24) não distingue facilmente entre o certo e o errado e, **portanto**, acha que distinções entre o que é legal e o que não é são arbitrárias e injustas. (PB, escrito, Mat-ESP, 06/08/00, p. 2:279-292)

Como se vê, o relator *e*, junta o primeiro *relatum* [não distingue facilmente entre o certo e o errado] ao segundo [acha que distinções entre o que é legal e o que não

é são arbitrárias e injustas], sendo *portanto* parafraseável por *por causa disso*, uma expressão adverbial que retoma toda frase anterior. *Portanto*, nesse caso, ocupa a posição P1, reservada para constituintes com função pragmática especial, nesse caso, a de Foco. Na verdade, temos aí a atuação pacífica de dois princípios de ordenação de constituintes (cf. Dik, 1989): o Princípio de Importância Pragmática segundo o qual constituintes com função pragmática especial são preferencialmente colocados em “posições especiais”, geralmente a posição inicial da frase; e o Princípio de Complexidade Crescente que diz que constituintes mais complexos tendem a aparecer no final da sentença.

O mesmo comportamento tem esse advérbio no domínio de termos (sintagmas). Em (25), nota-se que *portanto* anaforicamente retoma ‘que se diz campeonato extra-oficial’ como causa que autoriza não ter ‘a obrigação de atender a decisão do Judiciário’, ou seja, sendo extra-oficial não há a necessidade de se curvar às regras do Judiciário. Há aqui uma coordenação, por meio do juntor *e*, de dois modificadores de *campeonato*: o adjetivo *extra-oficial* e o sintagma preposicionado *sem a obrigação*, equivalendo a ‘desobrigado’.

- (25) Para driblar a decisão judicial, propôs-se a mirabolante fórmula, que se diz campeonato extra-oficial e, **portanto**, sem a obrigação de atender a decisão do Judiciário.” (PB, escrito, Ed-FSP, 08/07/00, p. 2:8-16)

Ocorrências de *portanto* como advérbio aparecem também, nas duas variedades, no domínio de uma oração subordinada reduzida de gerúndio, sempre em posição pós-verbal, conforme demonstra (26). Nesse caso o advérbio *portanto*, como satélite, ocupa sempre a primeira posição na oração subordinada. O princípio que aqui atua é também o da importância pragmática já que, por ser Foco, esse constituinte é colocado em uma posição (P1) que não é a sua usual, considerando que o padrão básico de ordenação de constituintes em português, como já demonstrado em estudos anteriores (cf. Pezatti e Camacho, 1997), é P2, P1 S V O X, P3.⁶

⁶ A teoria de ordenação de constituintes da Gramática Funcional (cf. Dik, 1981) sustenta que cada língua tem um ou mais padrões funcionais, conforme o esquema geral P2, P1 (V) S (V) O (V), P3. As regras de colocação inserem os constituintes da predicação subjacente em suas respectivas posições nesse esquema e nenhum movimento subsequente é permitido, uma vez que um constituinte tenha obtido sua posição na estrutura. P2 e P3 são posições ocupadas por constituintes extra-frasais; P2 é a posição reservada para constituintes com a macrofunção pragmática de Orientação e P3, para Antitema (*Tail*), sendo que as vírgulas indicam pausas entonacionais. Assim, entre as vírgulas, encontram-se os possíveis padrões para a frase, que constitui uma predicação completa. As regras de colocação determinam, em primeiro lugar, quais constituintes devem ou podem ir para a posição P1: verifica-se, primeiramente, se há algum constituinte-P1 na predicação, como palavras-Qu, pronomes relativos e conectores subordinativos. Se nenhum constituinte desse tipo estiver presente, então podem ser colocados na posição P1 constituintes com função de Foco ou de Tópico. Aplicadas as regras de P1, todos os demais constituintes da predicação assumem as respectivas posições estruturais, indicadas por S, O, V e outros símbolos possíveis, como X, usados especialmente para indicar posições de satélites.

- (26) Em resumo, as quinta-alentejanas, na sua quase totalidade, quer sejam acessório da herdade, quer constituam prédio independente, são terrenos de exclusiva exploração hortícola e pomífera, não se assemelhando, **portanto**, às Quintas que povoam os campos das outras províncias, as nossas produzem somente hortaliças e frutas; (PE, escrito, LO332POO24X)

Como introdutor de oração gerundiva, retoma anaforicamente a proposição anterior e, ao mesmo tempo, assinala que a proposição que prefacia deve ser lida como conseqüência da situação descrita na proposição anterior. Em (27), por exemplo, há uma relação implícita de conseqüência óbvia, que precisa ser explicitada discursivamente em razão da natureza didática do texto.

- (27) quanto a forma de mediastino anterior... mediastino anterior... apresenta a forma quadrilátera... apresentando **portanto**... devido a sua forma quadrilátera... seis paredes... nós temos uma parede superior... uma parede inferior... – duas – ... uma parede anterior.. – três – ... uma parede posterior.. – quatro – ... e duas paredes laterais (PB, oral, EF-SSA, p. 49:231)

Estamos perante construções em que *portanto* opera no domínio do conteúdo. Se *portanto*, no seu uso conclusivo, opera no nível do domínio epistêmico, neste uso opera no nível do domínio do conteúdo, na medida em que os *relata* são estados de coisas do mundo, sendo um deles apresentado como causa do outro. Note-se, entretanto, que uma leitura no plano epistêmico, sobretudo em (26), não está absolutamente excluída, embora não nos pareça ser a interpretação preferencial. Esta versatilidade e polifuncionalidade dos conectores já foi, aliás, sublinhada por Sweetser (1991, p. 76): o mesmo conector pode ser pragmaticamente ambíguo, na medida em que a sua contribuição para o significado do enunciado em que ocorre pode ser analisada “in the context of an utterance polyfunctional status as a bearer of content, as a logical entity, and as the instrument of a speech-act”.

***Portanto* articulador discursivo**

Sem exclusão de vínculos de participação na estrutura interpessoal do discurso, a atuação de *portanto* revela-se também centrada no processamento da informação e na tessitura dos tópicos que se lhe associam. Trata-se, portanto, de um marcador tipicamente articulador de partes do texto, pois estabelece relações sequenciais entre elas, mediante o processamento de encaminhamentos, retomadas e fechos de tópico (Risso, 1996), como veremos a seguir. No PB, 26% das ocorrências apresentam esse valor na modalidade oral e 43%, na escrita. Já o PE, utiliza-se desse articulador em 20% do *corpus* escrito e 14% do oral.

Retomador de tópico

Claramente, em contextos como os ilustrados abaixo, *portanto* sinaliza a reto-

mada de um tópico discursivo que foi interrompido por uma digressão. O falante regressa ao tópico e, numa reformulação parafrástica, repete a informação já dada. (28) ilustra um caso no PB.

- (28) “(...) Mas meu marido não permite que minha filha vá conosco. Existe algum meio de levar a menina mesmo contra a vontade do pai?
Entre as normas que regulam a separação e o divórcio [.....]. Ao pai é assegurado o direito de visitas. Quando a mãe cria obstáculos para o pai exercer esse direito, ele pode requerer a revisão da cláusula que regula a guarda dos filhos. Nesse caso, **portanto**, o pai da criança precisa concordar com a viagem.” (PB, escrito, Car-Clau, 07/00, p. 60:11-18)

A ocorrência (28) pertence ao tipo de texto Carta do Leitor. Para responder à pergunta efetuada pela leitora, o consultor primeiramente faz um apanhado sobre guarda dos filhos e só mais tarde retoma o tópico ‘necessidade de concordância do pai’.

Encaminhador de tópico

Observe-se agora a ocorrência seguinte.

- (29) “A SIC chama-lhe “Docu-drama sobre fatos reais com algumas cenas reconstituídas” e chamar-se-á talvez “Pedro Caldeira, o último corretor”. Teremos **portanto** a utilização do próprio Pedro Caldeira como protagonista na reconstituição de cerca de cinco cenas, nomeadamente uma em que se encontra na corretora” (sub-*corpus* escrito, J19972).

Parafraseável por ‘assim’, o advérbio conectivo, em contextos deste tipo, parece ter um valor semântico que só poderá ser cabalmente descrito se tivermos em conta o nível da estrutura temática e informacional do texto/discurso. A frase em que ocorre *portanto* dá continuidade ao tema/tópico discursivo – o programa da SIC sobre Pedro Caldeira – elaborando-o; por outras palavras, a informação contida na frase em que ocorre *portanto* concorre para a progressão temática do texto, mas decorre simultaneamente da informação previamente introduzida. A referência à utilização do próprio Pedro Caldeira como protagonista está já de alguma forma contida na frase anterior, em que se caracteriza o programa como docu-drama, ou seja, um produto híbrido/misto, em que documentário e ficção se misturam. *Portanto* assinala que há uma relação discursiva de elaboração entre os dois segmentos do texto, sendo que o último explicita e especifica informação já sugerida ou já contida no primeiro. O valor conclusivo que prototipicamente associamos a *portanto* mantém-se, só que desta vez ele é projetado do plano epistêmico para o plano da organização discursiva/textual: *Portanto* sinaliza continuidade e progressão temáticas.

Fechador de tópico

Portanto pode ser ainda utilizado para encerramento de discurso, com uma

clara função de introdutor de coda. A coda⁷ tem a propriedade de fazer a ligação entre o momento do início e fim do discurso e o presente da enunciação, trazendo produtor e leitor de volta ao ponto do início do discurso. É exatamente o que ocorre no texto abaixo, retirado do *corpus* do PB. Depois de uma longa discussão sobre livros, ensino e escola, o autor, no final do texto, retoma o título *Queimamos os livros?*, respondendo à pergunta nele contida.

- (30) “Em uma avaliação recente dos programas de apoio ao ensino financiado pelo governo federal americano, descobriu-se que aqueles que deixavam escolas e professores fazer o que bem entendiam mostraram piores resultados do que os programas em que havia muito mais orientação e estrutura [...]. **Portanto**, fogueira para os livros chatos e mortos.” (PB, escrito, Mat-Ve:31/05/00:p.22:87-93)

Parece-nos que aqui *portanto*, continuando a assinalar uma ancoragem no discurso precedente, introduz um comentário conclusivo do falante, que assim fecha o tópico discursivo. Note-se que, contrariamente ao que acontece com o uso conclusivo prototípico, em que há claramente duas proposições articuladas pelo conector, em usos deste tipo o encadeamento é mais difuso, já que toda a informação expressa pelo discurso anterior é relevante para a validação da asserção final. A paráfrase que parece corresponder de forma mais adequada a este valor de *portanto* envolve o recurso a expressões do tipo ‘em suma e concluindo’.

Reformulador de termos

Importa ainda ilustrar um outro uso de *portanto*, desta feita como conector de sintagmas ou de constituintes frásicos. Neste caso, *portanto* define a orientação que o falante imprime à natureza do elo seqüencial entre entidades textuais, ou seja, é usado para reformular a informação contida no sintagma anterior. Com esse valor metadiscursivo, ocorreu em 6% dos casos do PE e 5,2%, no PB.

- (31) “Eu pesco com dois colegas meus, mais ou menos da mesma idade, que um pesca com iscos vivos, **portanto** a minhoca, no caso, não é, e outro pesca à pluma, ou seja a mosca artificial”. (PE, oral, 368-20-CO3-001-20-M-B-3-2-00)

Em (31) o falante recorre num primeiro momento a *portanto*, e num segundo momento a ‘ou seja’, e em ambos os casos trata-se de sinalizar que a informação expressa no sintagma subseqüente reformula, especificando, informação já dada no sintagma anterior. O falante introduz um comentário que funciona como reformu-

⁷ O termo *coda* foi primeiramente sugerido por Labov (1978, p. 365) como segue: *there are also free clauses to be found at the ends of narratives; (...) This clause forms the coda. It is one of the many options open to the narrator for signalling that the narrative is finish. (...) Codas may also contain general observations or show the effects of the events on the narrator (...)*. Alargamos o seu uso ao utilizá-lo para definir sentenças que tenham essas características em qualquer discurso, não apenas no narrativo.

lação não parafrástica do sintagma anterior. Parece-nos tratar-se ainda de um uso suscetível de ser integrado no âmbito da estruturação informacional do texto, embora num plano micro-estrutural, já que aqui se articulam dois sintagmas. *Portanto* pode também funcionar como reformulador parafrástico, refletindo, no registro verbal, a preocupação do falante com as circunstâncias vigentes de interação social, conforme se verifica em (32) em que o primeiro termo da relação aparece redefinido semanticamente.

- (32) então o tecido subcutâneo...abaixo da pele **portanto**...nós vamos encontrar os elementos vasculares de:.../ hormônios responsáveis pela...vasc/...irrigação...e pela inervação da glândula (PB, oral, EF-SSA-49)

***Portanto* sinalizador de interação**

Veja-se agora a ocorrência seguinte, que ilustra paradigmaticamente um uso metadiscursivo de *portanto*. Enquadram-se aqui os sinalizadores diretos da interação, responsáveis pela expressão das relações entre os interlocutores, pela checagem ou confirmação do funcionamento do canal comunicativo e pela sinalização de seus papéis de locutor/alocutário, no desenvolver do evento discursivo. Operam no plano da atividade enunciativa, assegurando a ancoragem pragmática do conteúdo, ao definirem, entre outros pontos, a força ilocutória com que ele pode ser tomado, as atitudes assumidas em relação a ele, a checagem de atenção do ouvinte para a mensagem transmitida, a orientação que o falante imprime à natureza do elo seqüencial entre entidades textuais. Servem também, como se observa em (33), à checagem de interpretação por parte do interlocutor, ou seja, o Locutor 2 tenta aferir se a sua interpretação corresponde de fato àquilo que o Locutor 1 quis dizer. Codificam, portanto, uma informação pragmática (cf. Risso *et al.*, 1996).

- (33) VR – O verdadeiro estúpido não é o deficiente mental, mas o que resiste ativamente à inteligência. É a tal pessoa que, no fundo, até sabe que está a errar e que podia fazer melhor, mas isso implica menos esforço.
DN – O estúpido é, **portanto** alguém a quem falta uma perspectiva de tempo?
VR – Sim, é uma falta de perspectiva para as consequências reais das suas ações.
(PE, escrito, JC14674)

Parece-nos que *portanto* continua a assinalar uma ancoragem no discurso precedente, mas neste caso é o interlocutor que produz um comentário conclusivo, explicitando aquilo que poderá ser perspectivado como uma implicatura conversacional, ou seja, uma inferência baseada no conteúdo do discurso anterior e em eventuais assunções contextuais, e calculada em função de princípios pragmáticos reguladores da interação verbal.

***Portanto* marcador conversacional**

Vejamos finalmente um exemplo que ilustra um dos usos mais freqüentes (50%) de *portanto* na oralidade, no PE:

- (34) “(...) o urbanismo, **portanto**, o urbanismo deve acabar, **portanto**, o urbanismo como necessidade da, **portanto** da, do modo de produção capitalista (PE-oral-572-20-C00-204-20-M-J-5-7-00)”

Em casos deste tipo, *portanto* funciona como mero bordão linguístico ou marcador conversacional, e a sua colocação depende apenas das pausas que o falante introduz no seu discurso. O locutor recorre ao operador em momentos de hesitação, quando o processamento do discurso não flui. Contextos destes atestam a dessemantização completa do operador, que apenas assume um valor pragmático de tipo fático: o locutor sinaliza que a sua intervenção não está concluída, apesar das pausas, e mantém assim o seu turno de fala. No PB, apesar de raro, a ocorrência (35) exemplifica um caso de marcador conversacional, ou, mais especificamente, de preenchedor de pausa, que marca uma interrupção na linha de raciocínio para evitar uma conseqüente pausa no fluxo da fala.

- (35) quanto as dimensões... quanto as dimensões nós vamos notar que... na mulher... existem fases... em que... as glândulas mamárias... aumentam consideravelmente de tamanho... a partir da puberdade... **portanto** que é o primeiro/ a primeira vez do aparecimento da menstruação... ou da regra em seguida... nós vamos encontrar durante a... gestação... na gravidez... há uma hipertrofia da glândula mamária (PB, oral, EF-SSA-49)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber, de acordo com seu papel, esse operador, como Conector, deixa-se comutar por *logo*, apresentando um valor conclusivo epistêmico; como Advérbio, pode ser substituído por *por isso* ou *por causa disso* e tem um claro valor causal; como Articulador Discursivo, permite diferentes paráfrases *assim*, *em suma*, *concluindo* e sinaliza sempre que a informação do fragmento textual que prefacia ancora em informação precedente, vem na seqüência do que já foi dito; como Sinalizador de Interação é responsável pela expressão das relações entre os interlocutores, operando, então, no plano da atividade enunciativa e assegurando a ancoragem pragmática do conteúdo; como Marcador Conversacional, *portanto*, não se deixa parafrasear, funcionando ‘no monitoramento da fala, na modalização do conteúdo do que se vai dizer, ou mesmo para chamar a atenção do interlocutor, mantendo-o preso à conversação’ (Castilho, 1988, p. 6).

ABSTRACT

This paper aims to characterize the different semantic and pragmatic values of the operator *portanto* in a sample of written and spoken sentences that represents European and Brazilian varieties of contemporary Portuguese.

Referências bibliográficas

- CASTILHO, A. T. Para uma gramática do português falado. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 40. 1988, São Paulo. (Cópia xerografada).
- DIK, S. *The theory of functional grammar I*. Dordrecht: Foris, 1989.
- DIK, S. *The theory of functional grammar II*. New York: Mouton, 1997.
- FERRARI, A.; ROSSARI, C. De donc á dunque et quindi: les connexions par raisonnement inférentiel. *Cahiers de Linguistique Française*, n. 15, p. 7-49, 1994.
- PERES, J. A. Sobre conexões proposicionais em português. In: BRITO, A. M *et al.* *Sentido que a vida faz: estudos para Oscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, 1997. p. 775-788.
- PEZATTI, E. E. G.; CAMACHO, R. G. Aspectos funcionais da ordem de constituintes. *D.E.L.T.A.*, v. 13, n. 2, p. 191-214, ago./1997.
- RISSO, M. S. O articulador discursivo “então”. In: CASTILHO, A. T.; e BASÍLIO, M. *Gramática do português falado*. São Paulo: FAPESP/Campinas: Editora da Unicamp, v. IV, 1996a.
- RISSO, M. S. *et al.* Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. *Gramática do português falado*. São Paulo: FAPESP/Campinas: Editora da Unicamp, v. IV, 1996b.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.